

Avaliação de Conjuntura

AGNU – de 13 a 15 de março de 2023

Chegamos a um momento decisivo para a categoria em 2023. Precisamos, reunidos em Assembleia Geral Nacional Unificada – AGNU, decidir se aceitamos ou não a proposta de reajuste salarial oferecida pelo Governo ao conjunto dos servidores públicos federais.

Após a negociação estabelecida no âmbito da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), o governo apresentou uma proposta de reajuste de 9% a partir do salário de maio, com efeito financeiro em junho, e de 43,6% de reajuste no auxílio alimentação, passando de R\$ 458,00 para R\$ 658,00. O governo também se comprometeu a inserir na proposta formal outros itens da chamada pauta não remuneratória que incluem a revogação de normas que afetam a autonomia dos servidores e de suas representações sindicais, além de outros pontos.

A proposta formal que será encaminhada a partir desta segunda-feira, dia 13, caso seja aprovada pelos servidores, será encaminhada ao Congresso Nacional por meio de um Projeto de Lei, isto porque para fazer frente ao custo de reajuste nos salários e no auxílio alimentação, será necessário promover ajuste na Lei Orçamentária Anual (LOA), na ordem aproximadamente R\$ 280 milhões.

Para efetivar estes ajustes na Lei Orçamentária e evitar penalidades que no limite podem implicar em um processo de impeachment, o governo terá que encaminhar para análise e aprovação do Congresso Nacional um Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN), remanejando os recursos necessários para o pagamento do reajuste, caso seja aprovado pelos servidores. É importante destacar que, assim que aprovado o PLN, o governo pode, por exemplo, substituir o PL remuneratório por uma Medida Provisória com o mesmo teor.



Este procedimento foi apresentado durante a reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente, realizada na tarde desta sexta-feira, dia 10.

A construção desta proposta foi fruto do esforço do conjunto dos representantes dos servidores, entre eles o Sindireceita, que recusaram a proposta inicialmente apresentada pelo governo que previa um índice de reajuste de 8,4% em abril e que ao final das discussões se chegou a um índice de 9% para maio.

Para que todos os filiados possam tomar uma decisão consciente, vamos abordar, preliminarmente os fatos/aspectos até agora apresentados nessa negociação, quais sejam: a defasagem salarial acumulada pela categoria (em relação à inflação oficial) e o processo de negociação estabelecido até aqui.

Conforme os cálculos realizados pelos Fóruns que reúnem as entidades que representam os servidores, entre elas o Sindireceita (Fonasefe e Fonacate), as perdas salariais dos servidores federais acumuladas são diferenciadas segundo os cargos e carreiras: cerca de metade dos servidores federais, cujo último reajuste foi em 2017, acumulavam, em janeiro de 2023, mais de 35% de defasagem; já as categorias que tiveram reajuste até janeiro de 2019 (os Analistas-Tributários se encontram nesse grupo), acumulavam perdas menores, de quase 27%, segundo o IPCA.

Ainda que tal diferença seja publicamente reconhecida pelo Governo, a proposta de reajuste que apreciamos é linear, a ser aplicada a todas categorias, sem distinção. A opção pela aplicação de um índice geral e linear se reporta ao caráter emergencial do reajuste, direcionado à mitigação das perdas pregressas, e às possíveis implicações jurídicas de qualquer diferenciação para uma revisão salarial desta natureza.

Só a partir da aplicação do reajuste geral é que cada uma das categorias de servidores deve estabelecer em sua mesa setorial de negociação sua pauta particular, com vistas aos reajustes dos exercícios futuros, a partir de 2024.



Em nosso caso particular, devemos vislumbrar que, apesar de nos encontrarmos no grupo que acumula menores perdas pregressas, o índice proposto de reajuste para 2023 ainda não contempla a reposição integral do poder de compra de nossos vencimentos básicos, longe disso, o que implica o estabelecimento de mesa setorial de negociação, onde buscaremos, para os próximos anos a reposição integral dessas perdas, bem como as reivindicações constantes na pauta reivindicatória 2023, aprovada em AGNU.

Devemos considerar, ainda, que os vencimentos dos servidores do Poder Judiciário da União foram reajustados pela Lei nº 14.523/2023 em três parcelas sucessivas e cumulativas, sendo de 6% a partir de 1º de fevereiro de 2023, 6% em 1º de fevereiro de 2024 e, por fim, 6,13% em 1º de fevereiro de 2025, totalizando um aumento de 18,13%. E que os mesmos percentuais foram concedidos aos servidores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, na forma das Leis 14.528 e 14.526 de 2023; para o pessoal do Tribunal de Contas da União (Lei 14.527/2023) e para o pessoal do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público (Lei 14.524/2023).

Dessa forma, não podemos admitir que, no mesmo horizonte de tempo, restem os servidores do Poder Executivo prejudicados em relação aos servidores dos demais Poderes da União.

Processo de negociação

A Mesa Nacional de Negociação Permanente com os servidores públicos federais foi reinstalada no dia 7 de fevereiro de 2023. Após a primeira reunião entre as entidades representativas dos servidores e o Governo Federal, uma primeira proposta de reajuste salarial de 7,8%, a partir de março (pagamento em abril), foi enviada na noite de quinta-feira, 16 de fevereiro, aos sindicatos. A proposta também incluía um aumento de 43,6% no vale-alimentação, o



equivalente a R\$ 200,00 (OFÍCIO SEI N° 4410/2023/MGI - veja aqui).

https://sindireceita.org.br/images/arquivos/AGNU/3a6mar%C3%A7o2023/SEI_31775314_Oficio_4410.pdf

Os servidores públicos federais, representados por seus sindicatos, fóruns e centrais, voltaram a se reunir na tarde da terça-feira, dia 28 de fevereiro, para a segunda rodada da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP). De forma unânime, os representantes sindicais recusaram a primeira proposta encaminhada pelo governo.

Após mais de três horas de discussões e da pressão dos representantes dos servidores, o secretário de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Sérgio Mendonça, se comprometeu em levar as contrapropostas para a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, para avaliação das demandas em uma nova reunião com os ministros da Fazenda, do Planejamento e da Casa Civil, que integram a Junta de Execução Orçamentária (JEO). Assumiu-se o compromisso de se apresentar a resposta às reivindicações dos servidores até o dia 3 de março (sexta-feira), para que numa outra reunião da Mesa, a se realizar na terça-feira, dia 7 de março, as entidades se manifestem sobre a possibilidade de acordo, o que nos traz ao momento presente.

No entanto, o governo acabou por descumprir esta previsão inicial, e além de não apresentar uma contraproposta, acabou por cancelar a realização da terceira rodada da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) prevista, inicialmente, para ocorrer na terça-feira, dia 7. Diante deste fato, a Diretoria Executiva Nacional do Sindireceita se viu obrigada a cancelar, na tarde do dia 6, a Assembleia Geral Nacional Unificada (AGNU), convocada para os dias 3 e 6 de março.

Hoje, dia 10, após a realização da terceira rodada de negociação da MNNP e com a apresentação da proposta por parte do governo, convocamos a



categoria para participar de uma nova AGNU, a ser realizada entre os dias 13 e 15 de março, para que de forma soberana avalie se aceita ou não a proposta apresentada.

A decisão soberana dos Analistas-Tributários será apresentada pela Diretoria Executiva Nacional do Sindireceta aos representantes do governo em uma nova reunião da Mesa, prevista para ocorrer entre os dias 16 e 17 de março. É importante ressaltar que somente com a aprovação do acordo pelos filiados em AGNU, é que a Diretoria Executiva Nacional poderá assinar um eventual acordo com o Governo Federal.

Também importa resgatar as palavras do próprio Secretário de Gestão na reunião do dia 28 de setembro, quando salienta, acerca das mesas setoriais, que “as negociações para os próximos anos vão ser iniciadas após a conclusão do reajuste de 2023, desta vez, segmentada, com cada categoria negociando individualmente”. Portanto, deve ficar claro à toda categoria que esse processo de negociação não se encerra com a definição do reajuste emergencial de 2023, mas apenas se inicia com ele, o que torna ainda mais importante mantermos o Estado de Mobilização Permanente e o engajamento de todos na mobilização da categoria pelo cumprimento integral de nossa pauta remuneratória.

Mais uma vez, a Diretoria Executiva Nacional e o Conselho de Representantes Estaduais do Sindireceita reforçam a necessidade de ampla participação de toda a categoria nas Assembleias complementares, para que possam avaliar e de forma soberana decidir pela aceitação ou não do reajuste emergencial. Reforçamos também que a votação nesta AGNU será realizada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico de Votação independentemente da participação dos filiados nas assembleias complementares.

O voto de cada filiado é fundamental!

Diretoria Executiva Nacional do Sindireceita